



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO
(Do Senhor Otavio Leite)

Requer a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e demais convidados envolvidos abaixo relacionados para prestarem esclarecimentos sobre as suspeitas de irregularidades que rondam o Programa Federal – Minha Casa Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a convocação do Excelentíssimo Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e demais convidados envolvidos abaixo relacionados para prestarem esclarecimentos sobre as suspeitas de irregularidades, em especial suposta cobrança de propina, sobre o Programa Federal Minha Casa Minha, conforme noticiado amplamente pela mídia.

- Convocação do Ministro das Cidades, Senhor Aguinaldo Ribeiro;
- Técnicos do Ministério das Cidades (área pertinente);
- Representante da empresa RCA Assessoria;
- Representante da KL Construções;
- Representante da Rubens Amaral;
- Representante da Terra Nova Engenharia;
- Representante da Jeziel Nunes; e
- Representante da Construtora Del Rey Comércio e Representações Ltda.

JUSTIFICAÇÃO

Na última semana, uma série de matérias publicadas por vários meios de comunicação noticiaram diversas irregularidades no Programa Federal Minha Casa



656D3C0710



Minha Vida. Destaque para matéria publicada no Jornal O Globo, de 27 de abril de 2013, a saber:

“Jornal O Globo – 27 de Abril de 2013.

Construtor confirma propina no Minha Casa Minha Vida - Pequenos empresários pagaram de 10% a 32% do valor do imóvel - Gabriela Valente

BRASÍLIA — Pequenos construtores subcontratados para tocar obras do Minha Casa Minha Vida (MCMV) em municípios com menos de 50 mil habitantes revelam que só conseguiam entrar no programa se pagassem propina à empresa RCA Assessoria. Segundo empresários ouvidos pelo GLOBO, a empresa montada por ex-funcionários do Ministério das Cidades cobrava das empreiteiras uma taxa que variava de 10% a 32% do valor do imóvel construído. Em alguns casos, o pedágio teria inviabilizado o trabalho e as obras acabaram sendo abandonadas. Apesar das declarações dos empreiteiros, a RCA nega cobrar qualquer taxa das construtoras.

Uma das empresas repassou mais de R\$ 500 mil para a RCA. O dinheiro era depositado na conta da construtora Souza e Lima, criada pelo gerente-geral da RCA, Valmir Lima, e por Valdemar de Souza Júnior, engenheiro da RCA. Os construtores dizem que quem fechava a negociação era o sócio da RCA Daniel Vital Nolasco, ex-diretor de Produção Habitacional do Ministério das Cidades, filiado ao PCdoB.

Em processo judicial movido por outro ex-servidor do Ministério das Cidades, que alega ter sido sócio oculto da RCA, Nolasco é acusado de montar um esquema de empresas de fachadas para fraudar o MCMV.

“Não vou pagar mais. Exauri”

O dono da KL Construções, Rubens Amaral, afirmou ao GLOBO que repassou mais de R\$ 400 mil para a RCA liberar o dinheiro das casas populares que construiu no Maranhão. Amaral contou que sofreu represálias quando não transferiu adiantadamente os recursos do pedágio. Segundo ele, assim que o alicerce da casa ficava pronto, metade dos 13% acordados tinha de ser repassada. Amaral garante que depois que O GLOBO revelou, há duas semanas, que os ex-servidores criaram um esquema de empresas de fachada para operar o programa, tem recebido os recursos com mais facilidade.

*— Agora, eles mandaram o dinheiro por causa do escândalo — diz o empresário.
— Mas eu não vou pagar mais. Eu não aguento mais. Exauri.*

Os recursos para as obras são liberados pelo Ministério das Cidades para o banco Luso Brasileiro, e a RCA atua como correspondente bancária da instituição. Amaral relata que questionou o Luso Brasileiro sobre a cobrança indevida do pedágio, já que o banco era o responsável pelo repasse do dinheiro público. Segundo ele, a resposta foi que o banco não cobrava nada e que ele pagava o dinheiro porque queria.

Em cidades com menos de 50 mil habitantes, os repasses dos recursos do Orçamento da União para o Minha Casa Minha Vida não necessariamente são feitos pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do Brasil.



656D3C0710



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

O banco Luso Brasileiro é uma das instituições financeiras que tem a RCA como correspondente bancária. Foi ao banco que uma outra pequena empreiteira, a Del Rey, endereçou um ofício para denunciar que pagou R\$ 570 mil ao grupo. Na correspondência ao presidente da instituição, com data de 5 de dezembro de 2011, o dono da Del Rey, por meio de seu advogado, afirmou que não conseguia receber por serviços feitos por não estar com a taxa em dia. E teria alertado que a cobrança inviabilizaria o restante das obras.

“A construtora Del Rey Comércio e Representações Ltda. já não suporta pagar a referida ‘taxa’ já que em razão dessa cobrança suas obras junto ao programa MCMV sub 50 estão bastante atrasadas, haja vista que, consoante comprovantes em anexo, já foi pago (sic) mais de R\$ 570.000,00 só de taxa”, diz o ofício.

Só de janeiro a junho de 2011, a Del Rey repassou R\$ 337.985 ao grupo. Essa é a soma dos valores de vários comprovantes bancários de transferências eletrônicas feitas à Souza e Lima. O dono da construtora Del Rey não foi encontrado para comentar o caso. Segundo um amigo, tem medo de represálias. O Luso Brasileiro diz que nunca recebeu a denúncia, mas confirma que a construtora abandonou as obras na cidade de Junco do Maranhão.

— A Del Rey veio para construir, mas não deu conta de fazer — garantiu Antônio Ramos, representante da prefeitura de Junco do Maranhão na comissão que monitorou a construção.

Ramos diz que o mesmo problema ocorreu em cidades vizinhas como Luiz Domingues e Cândido Mendes. Um documento assinado por Itamar de Araújo Pereira, ex-prefeito de Junco do Maranhão — que atesta o andamento de obra na cidade —, está endereçado a Valmir Lima. No ofício, Valmir é tratado como gerente-geral da RCA.

“Se não pagar, não faz a obra”

A construção de casas do programa de habitação do governo começou em 2011, justamente quando os comprovantes mostram que a propina foi paga. A Souza e Lima, empresa que está no nome de Valmir, foi criada em 2009.

Também foi para Valmir Lima que outro construtor do Maranhão também diz ter pago a comissão. Raimundo Livramento, dono da SC Construções, conta que, além de ser da RCA, Valmir se apresentava como representante da prefeitura de Marajá do Sena. O construtor diz que pagou R\$ 36 mil de pedágio para ter o direito de construir 30 casas. Ele iniciou a construção de outras 30 residências, mas não terminou as casas porque se recusou a pagar a taxa.

— O problema é que, se não pagar a propina, não faz a obra. Tomaram a obra por eu não ter pago a propina. É um absurdo muito grande — disse Raimundo Livramento.

Jeziel Nunes, dono da Terra Nova Engenharia, disse que se recusou a pagar a taxa logo no início do relacionamento com a RCA. Segundo ele, Daniel Nolasco ainda teria tentado negociar. Jeziel diz ter advertido que, se Nolasco insistisse, denunciaria o esquema às autoridades. A construtora conseguiu fazer 30 casas e depois, segundo ele, foi excluída do programa habitacional.

— Eles são picaretas mesmo. Esse pessoal tem de estar na cadeia — diz Jeziel.

Numa ação judicial, Fernando Lopes Borges, que se diz sócio oculto da RCA, afirma que Valmir Lima e Valdemar de Souza Júnior são empregados da empresa.



656D3C0710



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Ele garante que a Souza e Lima é uma das empresas fantasmas do grupo. A sede seria na casa de Valdemar, na Freguesia do Ó, em São Paulo.

Além do Luso Brasileiro, a RCA representa os bancos Bonsucesso, Paulista, Schahin, Tricury e Morada. Juntas, essas instituições foram responsáveis pela construção de 113 mil unidades habitacionais. O Ministério das Cidades não sabe quantas obras foram intermediadas pela RCA. A empresa diz que já entregou 80 mil casas populares.

Uma auditoria foi aberta no Ministério das Cidades para investigar o caso. O Senado aprovou um requerimento para que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria no MCMV.”

Jornal O Globo – 27 de abril de 2013.

“Em 4 anos, mais de 1,6 milhão de casas entregues. Programa foi criado para diminuir déficit habitacional do país - Gabriela Valente

BRASÍLIA — O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi criado em 2009 para diminuir o déficit habitacional no país e incentivar o setor da construção civil. O setor cobrava uma ação do governo para enfrentar o auge da crise financeira internacional. Nos quatro anos de programa, mais de 1,62 milhão de unidades habitacionais foram entregues. E quase 1,4 milhão de moradias estão em obras em todos os estados do país.

Para as famílias que têm o menor nível de renda, o governo paga a maior parte do imóvel. O mutuário compromete apenas 5% do que ganha com as parcelas mensais. Nas faixas mais altas, para famílias com rendimento entre R\$ 1,6 mil e R\$ 5 mil, o benefício é o financiamento na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil com juros subsidiados pela União.

Desde então, a União já injetou R\$ 161,1 bilhões em subsídios às moradias para as camadas mais baixas da população e para a classe média.

A grandiosidade dos números foi usada como argumento pela presidente Dilma Rousseff para responder à existência das irregularidades denúncias pelo GLOBO há duas semanas. Ela afirmou, no entanto, que o governo tem obrigação de investigar e combater as fraudes em seu maior programa habitacional.

— Fraude, minha querida, em um programa desse tamanho também pode ocorrer. A minha obrigação, a obrigação do governo, é combatê-las, combatê-las. Assegurar que eles terão a casa da melhor qualidade possível — disse Dilma, na ocasião. — Sabe por que eu falo isso? Porque o nosso país tem ótimas tradições, mas tem tradições que não são muito boas, herdadas da escravidão. Achem que o povo brasileiro, de baixa renda, merece qualquer coisa. Eu não fui eleita para dar casas de qualquer jeito para a população brasileira.

As declarações da presidente foram feitas depois de O GLOBO revelar que ex-funcionários do Ministério das Cidades montaram uma série de empresas de fachada para fraudar o programa. Eles eram responsáveis por repassar dinheiro público, construir e também fiscalizar as obras. Assim que a primeira reportagem foi publicada, no dia 14, o Ministério das Cidades e a Controladoria Geral da União (CGU) anunciaram que uma sindicância investigará as irregularidades. A apuração ainda está em curso.



656D3C0710



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Semana passada, mais uma frente de apuração foi aberta. O Senado aprovou um requerimento do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria no programa. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ainda apresentou um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que o ministro das Cidades, Agualdo Ribeiro, preste esclarecimentos. O parlamentar quer informações da atuação da RCA Assessoria nas obras do Minha Casa Minha Vida nas cidades com menos de 50 mil habitantes.”

Em razão da gravidade das denúncias e pela relevância do Programa Federal, neste momento será valioso ouvir o Ministro das Cidades e demais envolvidos responsáveis pelo programa, bem como, os representantes das empresas de assessoria e das construtoras.

Assim, solicitamos a aprovação do presente Requerimento a fim de que esta Casa, representada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado possa obter os esclarecimentos de todos os envolvidos sobre o caso descrito.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2013.

Deputado OTAVIO LEITE
PSDB/RJ



656D3C0710